

# 3

## *Movimento de professores e organizações de esquerda durante a ditadura militar<sup>1</sup>*

*Amarílio Ferreira Jr.<sup>2</sup>*

### *Introdução*

**E**ste capítulo tem com objetivo explicar as relações políticas que se estabeleceram entre o movimento de professores de 1º e 2º graus e as organizações de esquerda a partir da segunda metade da década de 1970, ou seja, como a categoria social dos professores foi influenciada politicamente pelas tendências de esquerda que sobreviveram à repressão policial desencadeada pela ditadura militar após a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968. Fruto das reformas educacionais produzidas em 1968 e 1971, o professorado das escolas públicas estaduais chegou ao final dos anos 1970 submetido à política de arrocho salarial imposta pelo modelo econômico implantado pelo governo do general-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967). Composta, aproximadamente de 1 milhão de membros, a categoria social<sup>3</sup> dos professores públicos de 1º

---

1 Este texto é uma versão modificada do terceiro capítulo da minha tese de doutorado, intitulada “Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros”, que foi defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP), em 1989.

2 Professor do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

3 O conceito de categoria social tem em N. Poulantzas (“As classes sociais”, *Estudos Cebrap*, São Paulo, Ano 3, jan 1973, pp. 25-26) a seguinte definição: “Chama-se, com efeito, de categorias sociais conjuntos de agentes, cujo papel social principal consiste

e 2º grau passou então a protagonizar grandes mobilizações de massa em defesa de melhores condições de vida e de trabalho após a primeira das greves operárias do ABC paulista, em 1978. Desde o início, as manifestações associativistas do professorado contaram com a participação orgânica das tendências de esquerda que se reorganizaram depois da derrota da luta armada contra a ditadura militar. Assim, podemos afirmar que o movimento de professores foi influenciado no processo de reconstrução de suas entidades representativas e, ao mesmo tempo, dirigido pelas concepções que os partidos de esquerda tinham da modernização acelerada e autoritária que o capitalismo brasileiro sofreu durante a vigência da ditadura militar.

Neste sentido, o capitalismo brasileiro assistiu, nos anos 1970, à manifestação de dois fenômenos socioeconômicos interligados: a modernização acelerada das relações de produção da vida material, de um lado; e, de outro, a ampliação na disposição orgânica das classes médias. Essas transformações geraram uma segmentação muito mais complexa do conjunto das classes médias no âmbito da composição geral da estrutura de classe da sociedade brasileira de então. Portanto, a nova morfologia social das classes médias estava determinada, em última instância, pelas relações sociais de produção engendradas por um capitalismo urbano-industrial moderno.

Além disso, no contexto das sociedades capitalistas desenvolvidas, as classes médias se constituem sempre em alvo da atenção principal dos objetivos estratégicos de todas as grandes questões econômicas, políticas e culturais geradas pelas sociedades de massas. A extrema volatilidade de suas preferências é a causa inicial da aparente inconstância e contradição de suas atitudes e decisões, isto é, obriga os dois mais importantes protagonistas da sociedade capitalista – a burguesia e o proletariado – a colocar o mundo ideológico e político das classes médias num lugar

---

no funcionamento dos aparatos de Estados e da ideologia. Tal é o caso, por exemplo, da ‘burocracia’ administrativa, de que fazem parte grupos de funcionários do Estado. Tal é igualmente o caso do grupo que se designa comumente com o termo ‘intelectuais’, e que tem como papel social principal o funcionamento da ideologia. De fato, as categorias sociais não têm uma adscrição de classe única, mas seus membros pertencem em geral a classes sociais diversas. [...] Estas categorias sociais têm, pois, uma adscrição de classe e não constituem, em si mesmas, classes; não desempenham um papel próprio e específico na produção. [...] as categorias sociais, por causa de sua relação com os aparatos de Estados e com a ideologia, podem apresentar amiúde uma unidade própria, em que pese pertencerem a classes diversas. E, além do mais, podem apresentar, em seu funcionamento político, uma autonomia relativa com respeito às classes a que seus membros pertencem”.

de destaque em seus projetos societários antagônicos. Ainda mais quando se registra que a intelectualidade científica e cultural tem aumentado a sua importância numérica no conjunto da população economicamente ativa.<sup>4</sup> Por conseguinte, em decorrência dessa escolaridade e inserção nos setores nevrálgicos das atividades econômicas, as classes médias ocupam espaços importantes nas instituições fundamentais da superestrutura societária. O pensador italiano Antonio Gramsci considerou que a escola e a Igreja são as duas maiores instituições culturais de qualquer país ocidental, e por isso elas concentram o maior número de intelectuais ligados aos mundos do conhecimento e da cultura. Mas ele também ponderou que:

[...] em todos os países, ainda que em graus diversos, existe uma grande cisão entre as massas populares e os grupos intelectuais, inclusive os mais numerosos e mais próximos à periferia nacional, como os professores e os padres.<sup>5</sup>

Podemos considerar, portanto, o professorado público de 1º e 2º graus também como uma das categorias profissionais constitutivas da intelectualidade, pois ele se encontra inserido no quadro geral da nova anatomia das classes médias engendras pela modernização autoritária do capitalismo brasileiro durante a ditadura militar. O sociólogo Wright Mills, tentando conceituar a posição social da categoria dos professores no interior das classes médias, observou que: “os professores, especialmente os do primário e secundário, são, do ponto de vista econômico, os proletários das profissões liberais”.<sup>6</sup>

Assim, a materialização deste fenômeno que corresponde ao crescimento das classes médias encerra em si mesmo uma contradição socioeconômica, gerada com base nas próprias relações capitalistas de produção. Ou seja, ao mesmo tempo em que a modernização da sociedade capitalista necessita do concurso dessas novas frações das classes médias, a sua lógica de crescimento econômico tende a confir-

---

4 Acontecimento que também tem se manifestado na sociedade brasileira. Estudo realizado na década de 1970 já revela que: “de 1960 a 1969, o Brasil formou cerca de 250 mil profissionais; de 1970 a 1973, em apenas quatro anos, graduaram-se quase 320 mil; e de 1974 a 1977 poderemos chegar até 700 mil formandos, o que dá bem a ideia do crescimento registrado e suas possíveis consequências” (“Profissionais de nível superior – necessidade de redistribuição espacial”, *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, Vol. 29, n. 3, mar 1975, p. 55).

5 A. Gramsci. *Concepção dialética da história*, 6. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986, p. 29.

6 Wright Mills, *A nova classe média*, 3. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 147.

mar a tendência histórica de achatamento da massa salarial que remunerava essa mesma força de trabalho não vinculada diretamente às riquezas materiais. Maria Helena Moreira Alves, referindo-se à situação da massa salarial dos trabalhadores brasileiros do início dos anos 1980, constatou que:

Em 1980, 12,5% da população economicamente ativa recebiam um salário equivalente à metade ou menos do salário mínimo; e 31,1% ganhavam entre um e dois salários mínimos. As classes médias eram constituídas pelos trabalhadores que recebiam entre dois e cinco salários mínimos (23,6%); entre cinco e dez (7,2%), entre dez e vinte salários mínimos (3,2%). Apenas 1,6% dos assalariados brasileiros ganhavam mais que o equivalente a vinte salários mínimos em 1980.<sup>7</sup>

Para fazer frente ao processo de proletarização a que estavam submetidas no âmbito das relações capitalistas de produção, essas novas categorias profissionais das classes médias incorporaram a tradição clássica da classe operária fabril, isto é, de se organizarem em sindicatos para defenderem os seus interesses econômicos imediatos. Assim, após a greve dos metalúrgicos de 1978, o movimento sindical dos trabalhadores vinculados socialmente às classes médias emergiu como força relevante no cenário político nacional, como ficou evidente no seguinte estudo:

Considerando-se a nova classe média, um primeiro aspecto que chama atenção diz respeito ao crescimento contínuo do número de profissionais liberais sindicalizados entre 1960 e 1970, passando de 40.491 para 147.307. Essa expansão representa um dos mais altos índices (363) entre todas as categorias naquele período, situando-se em nível semelhante ao dos sindicalizados no setor industrial (362), seguindo-se apenas ao dos empregados na educação e cultura (489), comércio (427) e comunicações e publicidade (399). [...] A este aumento de capacidade organizacional correspondeu uma intensificação da atuação destes segmentos de classe média, o que transparece na evolução da atividade grevista em anos recentes. [...] Um levantamento seletivo das principais greves em categorias ocupacionais de classe média ocorridas entre 1979 e 1983 revela um total de 54 greves. [...] O movimento de professores primários e universitários foi responsável pela maioria das greves (37%), seguido pelo de médicos e residentes (30%), cabendo aos funcionários públicos 15% do total.<sup>8</sup>

---

7 M. H. Moreira Alves, *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, 3. ed., Petrópolis: Vozes, 1985, p. 292.

8 A. Camargo & E. Diniz (orgs), *Continuidade e mudança no Brasil da nova república*, São Paulo/Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1989, pp. 40-41.

Portanto, foi na ocorrência dessas circunstâncias que se deram as primeiras manifestações massivas da luta sindical da categoria profissional dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus de todo o país. Em outras palavras: a luta sindical dos professores estaduais, organizada por meio do movimento de professores, só se constituiu num fenômeno da realidade socioeconômica da sociedade brasileira após o desenvolvimento autoritário das relações capitalistas de produção durante as décadas de 1960 e 1970. E, por consequência, do próprio crescimento orgânico – de forma extremamente complexa e diversificada – das classes médias na estrutura de classes da sociedade brasileira contemporânea.

Desse modo, o professorado dos sistemas estaduais de ensino básico, pelo seu contingente quantitativo e capacidade de organização e de mobilização sindical, acabou por se transformar numa das mais importantes categorias do universo social formativo das classes médias.

### *As organizações de esquerda e o movimento de professores*

A partir de 1976, surgiram as primeiras manifestações do novo fenômeno que caracterizaria o movimento sindical do magistério nacional. Processou-se, no estado de São Paulo, a organização de duas tendências políticas da categoria dos professores da escola pública de 1º e 2º graus: o Movimento pela União de Professores e o Movimento de Oposição Aberto de Professores. A segunda era uma dissidência da primeira. Ambas, depois da greve de 1978, articulavam-se na Comissão Pró-Entidade Única para fazer oposição sindical à Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, ao Centro do Professorado Paulista e ao Sindicato dos Professores de São Paulo. Sobre a origem da criação destas tendências políticas, o professor Gumercindo Milhomem Neto, ex-presidente da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (1981-1986), afirmou que:

O MUP [Movimento pela União dos Professores] foi formado por pessoas que tinham vindo do movimento estudantil. Uma vez acabada a universidade, procuravam espaço de atuação. A maior parte ingressou em escolas particulares. Suas primeiras reuniões aconteceram no prédio da PUC. Depois passaram a fazê-las no COE [Centro de Orientação Estudantil], uma escola onde eu lecionava, juntamente com o Paulo Frateschi. Nessa escola foram impressos alguns de seus boletins. Os princípios do MUP eram ligados à política geral. Um deles era lutar por “liberdades democráticas”. Algumas pessoas que não eram do núcleo original, achavam que não se deveria ter esse tipo de definição política e sim que deveríamos juntar professores para lutar por interesses específicos.

Paulo e eu acreditávamos que a palavra de ordem “liberdades democráticas” era genérica e não serviria à luta dos trabalhadores. Defendíamos “liberdade de manifestação e organização”. O grupo rachou-se, surgindo o Moap [Movimento de Oposição Aberta dos Professores].<sup>9</sup>

Para o professor Ronaldo Nicolai, ex-diretor da Apeoesp (1983-1984), o Moap defendia uma política mais ampla, cujo núcleo irradiador era a escola:

O pessoal do interior era mais identificado com o Moap, porque sempre foi mais conservador. [...] Para mim, os professores do interior tinham mais o pé no chão, tinham mais a realidade da escola. O pessoal do interior, em geral, dava aula na mesma escola por mais tempo, então eram aqueles professores mais típicos. [...] Nós, do interior, identificávamo-nos mais com o Moap. O MUP era mais avançado, jogava o movimento para frente, mas, para falar a verdade, muito mais para a frente do que tínhamos condições de assimilar. Esses dois grupos já dão a característica principal do movimento: a divisão. Por incrível que pareça, íamos lá, meia dúzia, uns três ou quatro e já havia duas correntes.<sup>10</sup>

A existência de duas tendências políticas, atuando como vanguarda do movimento de professores estava vinculada à influência que os partidos de esquerda exerciam, apesar da repressão política do regime militar, em determinados setores sociais das classes trabalhadoras. O MUP e o Moap tinham entre os seus militantes professores pertencentes a diferentes organizações políticas, como mostra o Quadro 1.

A divisão entre o MUP e o Moap estava diretamente relacionada com a estratégia política que cada um desses partidos tinha adotado na luta contra o regime militar. O professor Júlio Turra, militante do MUP e um dos fundadores da Organização Socialista Internacionalista, relatou que as divergências se acentuaram a partir de 1977:

[...] um grupo dentro do MUP, os trotskistas da OSI, adotaram uma linha segundo a qual o MUP deveria ser uma tendência e não um movimento amplo como fora na sua origem. Os demais grupos romperam com essa orientação e formaram o Moap. O MUP passou a ser um braço sindical de intervenção de *O Trabalho* [nome do jornal editado pela OSI] no movimento, enquanto o Moap reuniu os outros agrupamentos que mantiveram certa unidade. Nós, do MUP, defendíamos uma linha de construção de sindicatos livres e muitas vezes traduzíamos essa política como uma espécie de alergia a qualquer relação da Apeoesp com o governo estadual.<sup>11</sup>

---

9 O. Joia *et alii*, *Apeoesp dez anos – 1978/1988*, São Paulo, Cedi, 1993, p. 26.

10 *Idem*, p. 26.

11 *Ibidem*, p. 25.

No final da década de 1970, os três partidos que exerciam maior influência no movimento de professores de 1º e 2º graus, a Organização Socialista Internacionalista, a Convergência Socialista e o Movimento de Emancipação do Proletariado, mantinham entre si uma dissensão quanto à questão da estratégia política de enfrentamento ao regime militar. De um lado, a aliança trotskista, formada pela Organização Socialista Internacionalista e a Convergência Socialista, que defendia, entre outras bandeiras, a imediata convocação de uma assembleia nacional constituinte precedida pela irrestrita liberdade de organização partidária.<sup>12</sup> Um dos desdobramentos táticos dessa política, assumido pela Liberdade e Luta, braço estudantil da Organização Socialista Internacionalista, era a defesa do voto nulo nas eleições parlamentares de 1978. A Liberdade e Luta brandia a seguinte palavra de ordem: “em 15 de novembro, Voto Nulo! *Nem Arena, nem MDB!*”<sup>13</sup> A tendência estudantil da Organização Socialista Internacionalista defendia que nenhum dos dois partidos políticos

**Quadro 1**  
***Tendências políticas presentes na formação do movimento sindical dos docentes de 1º e 2º graus***

Partido	Origens
Organização Socialista Internacionalista (Liberdade e Luta).	Dissidência do Partido Operário Revolucionário (trotskista). Fundação: 1976.
Convergência Socialista.	Dissidência do Partido Operário Revolucionário (trotskista). Fundação: 1977.
Movimento de Emancipação do Proletariado.	Dissidência da Organização Revolucionária – Política Operária. Fundação: 1976.
Organização Revolucionária – Política Operária.	Mocidade Trabalhista de Minas Gerais; Liga Socialista de São Paulo (simpatizantes de Rosa Luxemburgo); Trotskista e dissidentes do Partido Comunista Brasileiro. Fundação: 1961.
Ação Popular Marxista-Leninista.	Juventude Universitária Católica. Fundação: 1962.
Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista.	Tendências Socialistas do Movimento Democrático Brasileiro, Partido Operário Comunista e Organização Revolucionária dos Trabalhadores Fundação: 1982.
Movimento Revolucionário 8 de Outubro.	Dissidência da Guanabara do Partido Comunista Brasileiro Fundação: 1966.
Partido Comunista Brasileiro.	Seção Brasileira da Internacional Comunista. Fundação: 1922.
Partido Comunista do Brasil.	Dissidência do Partido Comunista Brasileiro. Fundação: 1962.

Fonte: Dom Paulo Evaristo Arns (prefaciador). Brasil: Nunca mais. Um relato para a história, 11. ed., Petrópolis, Vozes, 1985, p. 89; Antonio Ozai da Silva, História das tendências no Brasil, 2. ed., São Paulo, DAG Gráfica e Editorial, s/d, pp. 191-192.

12 E. Carone, *Movimento operário no Brasil (1964-1984)*, São Paulo, Difel, 1984, p. 191.

13 Idem, p. 206.

criados pelo Ato Institucional n. 2 (1965), portanto pelo regime militar, representava os interesses dos trabalhadores. Para defendê-los, era necessário criar um partido político que os organizasse e dirigisse as suas lutas: esse partido só poderia ser um partido operário.<sup>14</sup> Os trotskistas, portanto, defendiam que o MUP deveria assumir o programa do partido sem qualquer tipo de mediação política.

Já para o professor Gumercindo Milhomem Neto, um dos militantes do Movimento de Emancipação do Proletariado, a luta sindical dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus passava pela adoção de outro tipo de estratégia política. Ele defendia a seguinte posição:

[...] em primeiro lugar, que não existia um movimento de professores onde se pudesse fazer esse disputa política (então aquela disputa era uma coisa que estava no abstrato, ou então, entre aquelas dezenas de pessoas que se reuniam ali) e, portanto, não tinha sentido fazer este tipo de definição. A gente entendia que não existia um movimento que comportasse tendências políticas no seu interior; tratava-se ainda de criar esse movimento. E em segundo lugar, que o movimento deveria se definir não por uma plataforma política acabada, mas por alguns pontos de unidade. Então, a gente tinha certeza de que um movimento de oposição de professores deveria lutar contra a política salarial-econômica do governo.<sup>15</sup>

O Moap definiu a sua atuação no movimento de professores por meio de uma carta de princípios intitulada “Pontos de unidade”. Entre os pontos programáticos propostos estavam os que se seguem: lutar contra a política salarial do governo e por aumentos salariais acima do custo de vida; lutar contra a política do governo para o ensino – pelo ensino público e gratuito; lutar pela participação, com caráter decisório, do conjunto dos professores, funcionários e alunos em todas as atividades da escola; lutar por um sindicato autônomo e combativo, isto é, desatrelado do Estado; lutar pela unificação de nossa representação sindical e sua completa independência com relação ao Estado; lutar contra a lei antigreve, Decreto-Lei n. 477 e o conjunto de instrumentos repressivos; lutar pela liberdade de organização e manifestação etc.<sup>16</sup>

Não obstante as divergências políticas, a primeira ação conjunta das duas tendências político-partidárias foi a realização de uma assembleia da categoria, que

---

14 E. Carone, op. cit., p. 205.

15 M. L. S. Ribeiro, *A formação política do professor de 1º e 2º graus*, São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1984, pp. 96-97.

16 Movimento de Oposição Aberto de Professores, “Pela organização livre e independente dos professores”, jul 1979. *Documento: B. 79 AO. J.*

aconteceu à revelia da diretoria da Apeoesp. A assembleia efetuada na escola Caetano de Campos, no início do ano letivo de 1977, revelou a capacidade política que ambos os grupos de oposição tinham em mobilizar os professores da rede estadual de ensino. Além de significar o primeiro enfrentamento com a diretoria da Apeoesp, a oposição conseguiu entregar para o secretário estadual de educação, José Bonifácio Coutinho Nogueira, um documento, cuja principal questão era o estatuto do magistério que o governo ainda não havia enviado à Assembleia Legislativa, acompanhado de um abaixo-assinado com 1.100 assinaturas.<sup>17</sup> O professor Gumercindo Milhomem Neto, referindo-se àquele episódio, comentou:

Houve briga no plenário, porque Rubens Bernardo, então presidente da entidade, queria que todos se identificassem antes de falar. Naquela circunstância, a identificação amedrontava as pessoas. Suspeitava-se da presença de policiais no local, presença do Dops. A questão da segurança era muito importante, porque a repressão política era brutal, violenta; havia tortura e tínhamos algum tipo de contato com a ação política semilegal ou mesmo clandestina. Na assembleia, Paulo Frateschi ficou na mesa, juntamente com o Chico de Tatuí que, na época, era de Osasco. Acabaram dirigindo os trabalhos, já que a diretoria não possuía nenhuma experiência de como fazê-lo.<sup>18</sup>

A assembleia da Caetano de Campos discutiu várias questões que afligiam a categoria dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus em São Paulo naquele momento: a situação dos professores regidos pela CLT; a política de reajuste salarial do governo; os cortes nas verbas destinadas à educação; o ensino pago; e o Estatuto do Magistério. Além disso, deliberou-se, também, a redação de uma carta aberta à população e a transformação da própria assembleia numa comissão aberta para encaminhar e divulgar as reivindicações discutidas.<sup>19</sup>

Assim, para o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), a Convergência Socialista (CS) e a Liberdade e Luta (Libelu), as três principais tendências político-sindicais que detinham o poder de direção na Apeoesp, a luta por melhores condições de vida e trabalho da categoria dos professores públicos de 1º e 2º graus, como parte integrante da melhoria da qualidade de ensino da escola pública, extrapolava o âmbito da política educacional estadual. Para elas, a luta tinha uma dimensão nacional, portanto, estava diretamente vinculada ao próprio modelo de desenvolvimento capitalista engendrado pela ditadura militar.

---

17 O. Joia *et alii*, op. cit., p. 28.

18 Idem, p. 28.

19 Ibidem, p. 28.

Seguindo a tradição dos dois principais líderes teóricos dos bolchevistas – Lênin<sup>20</sup> e Trotsky<sup>21</sup> – essas tendências político-sindicais passaram a defender a necessidade da organização de uma entidade associativista nacional que dirigisse a luta por melhores condições de vida e trabalho da categoria profissional dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus. A defesa em favor da estrutura sindical de caráter nacional, assumida pelos três partidos, tinha o seguinte tom:

a. O MEP argumentava que:

“Logo devemos ter, como posição política, que construir hoje a Central Única dos Trabalhadores em Educação (Cute) é implementar manifestações políticas nacionais que abranjam as bases [...] do professorado. Colocando como orientação:

- ◇ lançar forças na construção de entidades estaduais de massa, e na conquista de entidades sindicais, como também na consolidação da organização democrática da categoria; em todos os estados e especialmente naqueles em que tais condições mínimas não tenham ocorrido;
- ◇ organizar campanhas e lutas de âmbito nacional que, respeitando as especificidades de cada estado, venham a servir como fator de unificação [...] do movimento [...];
- ◇ propor a organização de uma comissão executiva nacional, que se encarregará por meio de um instrumento (boletim, jornal etc.) de orientar os passos que deverão ser seguidos para o sucesso das campanhas nacionais”.<sup>22</sup>

b. A Convergência Socialista (CS) apresentava a seguinte ilação:

“Os professores estão entre os setores que mais se enfrentaram com a drástica política salarial do governo. [...] A luta agora é mais gigantesca ainda, construir uma entidade nacional que unifique todas as lutas. Após enfrentar

---

20 Em 1906, Lênin (*Sobre os sindicatos*, São Paulo, Editorial Livramento, 1979, p. 190), no projeto de resolução para o Congresso de Unificação do POSDR [Partido Operário Social Democrata Russo], escreveu: “[...] os sindicatos de base ampla, como indica a experiência de todos os países capitalistas, são a organização mais adequada da classe operária tendo em vista a luta econômica”.

21 Ao analisar o papel dos sindicatos numa época de transição, Trotsky (*Escritos sobre sindicatos*, São Paulo, Kairós, 1978, p. 89) afirmou: “Os bolcheviques leninistas estão na primeira fila em todo tipo de luta, inclusive quando se refere aos mais modestos interesses materiais ou direitos democráticos da classe operária”.

22 Movimento de Emancipação do Proletariado, “Avançar a luta dos professores no país. Sindical e politicamente nossas diretrizes”. *Documento: B. 80 AO. J.*, p. 6.

o governo em várias greves, algumas de longa duração, os professores se preparam para conquistar sua entidade nacional, que vai permitir novas lutas e novas vitórias. Esta entidade deve nascer ligada às mobilizações. Depois de ir à greve no Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Minas Gerais, Paraná, Goiás, e em praticamente todo o país, e de importantes mobilizações em outras cidades, como Manaus, o professorado se volta para a sua organização e para a condução de lutas específicas. [...] Esta entidade tem que ser realmente democrática e representar todos os professores: ser desvinculada do aparelho estatal, ter uma direção eleita diretamente por toda a categoria”.<sup>23</sup>

c. A Liberdade e Luta (Libelu) altercava que:

“Nós aprendemos em nossas lutas que a unidade se realiza no combate, nas greves, nas manifestações, no trabalho árduo do dia a dia em nossas entidades e locais de trabalho. Lutamos pela unidade e continuaremos a lutar até construirmos uma entidade que seja capaz de, nacionalmente, organizar e centralizar nossas lutas em torno de nossas reivindicações. Nós necessitamos de uma entidade nacional massiva, uma entidade que não divida o professorado, que não seja aliada do governo e, sobretudo, uma entidade em que nós professores possamos democraticamente decidir os rumos de nosso movimento. No II ENP [Encontro Nacional de Professores] foi criada a Comissão Executiva Nacional, composta por representantes estaduais e das entidades que estão trabalhando no sentido de unificar nossas lutas, organizando o Congresso Nacional de Profissionais da Educação. Esta comissão, ao encaminhar as resoluções do Encontro Nacional, tem procurado estar presente em todas as lutas estaduais que se desenvolvem este semestre levando, não apenas apoio dos demais estados, mas também propostas de unificação das lutas”.<sup>24</sup>

A tática adotada pelos partidos de esquerda – que defendiam a criação de uma estrutura sindical nacional como estratégia de unificação do movimento de professores – foi a organização dos fóruns nacionais de discussões sobre a luta sindical do movimento de professores. Ocorreram dois encontros nacionais de professores: o

---

23 *Jornal Convergência Socialista*, “Rumo à entidade nacional”, São Paulo, 1-15 jul 1980. Caderno 1. p. 10.

24 E. Reis *et alii*, “Aos professores brasileiros: Por uma entidade nacional de luta”. *Documento: B. 80. AO. J.*, p. 2.

primeiro, na cidade de São Paulo (julho de 1979), o outro em Belo Horizonte (março de 1980).<sup>25</sup> O I Encontro Nacional de Professores “contou com a presença de professores, oposições e entidades de 13 estados”.<sup>26</sup> O seu boletim n. 1 justificou o acontecimento assim:

O movimento de professores, iniciado com base em reivindicações de melhores salários e melhores condições de trabalho, extrapolou, no processo da luta, os próprios limites iniciais colocados pela categoria, levando-a a um crescimento político resultante do confronto direto com a política do arrocho salarial, com o atrelamento e consequente impotência do parlamento e das entidades sindicais etc. Muitos são os pontos comuns existentes nos processos de luta desenvolvidos em cada estado: as reivindicações básicas, a postura governamental, as dificuldades impostas, os saldos organizativos conquistados, o avanço na consciência política da categoria, e as formas de luta utilizadas. [...] reiniciaram-se os contatos entre os diversos estados resultando em reuniões ocorridas em fevereiro, abril e maio em São Paulo e a última (7 de junho) no Rio de Janeiro, que culminaram na proposta de um Encontro Nacional de Professores nos dias 28 e 29 de julho em São Paulo. Por que um encontro já? Porque há a necessidade de já no começo do próximo semestre, sistematizar as experiências vividas nos estados, consolidar as vitórias obtidas e unificar, até onde possível, as lutas que se avizinham.<sup>27</sup>

O encontro de Belo Horizonte deliberou pela unificação nacional do movimento de professores, com base numa plataforma que dava organicidade à luta sindical. O primeiro ponto era composto pelas reivindicações econômico-corporativas: “aposentadoria aos 25 anos de serviço; estabilidade no emprego; reajuste semestral e sustentação e fortalecimento das entidades”.<sup>28</sup>

Os outros dois lançavam as bases para a fundação da futura entidade nacional de professores:

1. foi criada uma Comissão Executiva Nacional, cujos membros eram diretores da Apeesp, da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais, Centro Estadual de Professores do Rio de Janeiro, Associação dos Profissionais do

---

25 B. Carlini *et alii*, “Congresso Nacional dos Profissionais de Educação”. *Documento: B. 80. AO. J.*, p. 2.

26 Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, “Comissão Organizadora do II ENP”. *Documento: A. 79. AO. J.*

27 Boletim n. 1 do I Encontro Nacional de Professores. *Documento: B. 79. AO. J.*

28 Bia Carlini *et alii*, op. cit., p. 5.

- Ensino Oficial de Pernambuco, Associação de Professores do Estado do Pará, União dos Professores do Espírito Santo e Centro dos Professores de Goiás; e
2. determinava-se a convocação de um Congresso Nacional dos Profissionais em Educação para julho de 1980.<sup>29</sup>

O I Congresso Nacional de Profissionais de Educação, que foi realizado na cidade de São Paulo, contou com mais de 800 professores.<sup>30</sup> Análogo ao que ocorreu nos dois encontros nacionais de professores, a tônica das discussões do congresso, acontecido no Teatro Paulo Eiró,<sup>31</sup> em Santo Amaro, girou em torno das seguintes questões: Qual o melhor caminho para a unificação da luta sindical dos professores? Construir uma nova entidade nacional ou democratizar a Confederação de Professores do Brasil? As respostas às perguntas formuladas dividiram o congresso. O jornal *Movimento* noticiou que havia três posições distintas:

As posições defendidas durante o I Congresso, em relação à entidade nacional, giraram em torno de três eixos. O primeiro deles com proposta defendida por Hermes Zaneti, presidente da CPB, e por dirigentes de entidades do Rio Grande do Sul e Paraná, era de que não fosse criada outra entidade e, sim, fortalecida a CPB. Outra corrente defendia a criação de uma entidade independente, no começo do próximo ano, de modo a permitir maior debate e preparação dos professores. E uma terceira queria que o plenário do I Congresso já aprovasse os estatutos e a forma de eleição da diretoria.<sup>32</sup>

A terceira posição era defendida pelos trotskistas da CS e da OSI. Para eles, a entidade presidida pelo professor Hermes Zaneti tinha um “caráter burocrático, sem vínculo com as bases”.<sup>33</sup> A proposta de fazer da Confederação de Professores do Brasil a entidade nacional dos professores também encontrava oposição sistemática do MEP, que defendia a segunda posição. A tendência político-sindical na qual militava o professor Gumercindo Milhomem Neto entendia que:

---

29 G. Milhomem Neto *et alii*, “Construção da entidade nacional dos trabalhadores na educação”, 02. *Documento: A. 80. AO. J.*

30 *Folha de S. Paulo*, “Docentes aprovam a criação de nova entidade nacional”, São Paulo, 18 jul 1980.

31 *Folha de S. Paulo*, “Magistério procura a unificação das lutas”, São Paulo, 14 jul 1980.

32 *Movimento*, “Luta por uma nova entidade nacional”, São Paulo, 28 jul - 3 ago 1980.

33 W. Poleto, “Congresso nacional dos profissionais de educação”. *Documento: B. 80. AO. J.*, p. 2.

Tal Confederação, no entanto, não teve comprometimento com as lutas recentes do professorado, sendo bastante conhecido o episódio da expulsão de sua última presidente – Maria Telma Cançado – de uma assembleia da greve em Minas Gerais, debaixo de uma vaia de 11 mil professores. Também é uma entidade que tem um estatuto antidemocrático, pelo qual foi eleito o seu atual presidente, sem que os professores fossem ao menos informados do evento. É uma entidade que impede a participação da categoria organizada em seu interior, tendo por órgão máximo de deliberação uma assembleia de delegados indicados por ofício das diretorias das diversas entidades que lhe são afiliadas. Esta proposta, como não podia deixar, vem com o momentoso compromisso de democratização: “Deem-nos alguns meses”, e vos daremos uma CPB democratizada, dizem eles. Ao que respondemos: não é (sic) meses antes nem meses depois e sim no momento certo, que os professores precisam de suas entidades e este momento é o do encaminhamento das lutas. Além disso, não queremos uma entidade democratizada por alguém. Queremos construir *nós mesmos*, a nossa entidade, em respeito à democracia do movimento.<sup>34</sup>

Mas a proposta defendida pelo professor Hermes Zaneti, na plenária do I Congresso Nacional dos Profissionais de Educação, contava com o apoio de outros partidos de esquerda. O PCB, o PC do B e o MR-8 defendiam a proposta de que era possível transformar, numa perspectiva democratizante, a estrutura associativista da Confederação de Professores do Brasil. As análises que esses três partidos faziam do movimento de professores afluíam para um mesmo sentido:

a. O PCB aduzia a seguinte consideração:

“Entendemos que a construção desta ‘nova entidade’ está baseada em concepções errôneas. Afinal, o grande confronto se dá entre os assalariados professores e os patrões ou o Estado que os representa. Esta luta não é apenas de alguns professores, ou de correntes de pensamento isoladas, contra os exploradores. Dentre nós assalariados, o antagonismo aos detentores do poder é colocado sob as mais variadas intensidades, passando pelos que têm apenas uma perspectiva salarial até os que têm uma perspectiva política mais abrangente. Percebemos claramente que a via que nos conduzirá à conquista de nossas aspirações é a unificação de todos neste intento, e não o desligamento de uma parcela que se autoconsidera ‘mais combativa’ do conjunto dos assalariados. Pensamos também, na real possibilidade de, uma vez divididos os assalariados em ‘mais combativos’ e

---

34 G. Milhomem Neto *et alii*, “Construção da entidade nacional dos trabalhadores na educação”, *op. cit.*

‘menos combativos’, as divisões continuarão a cada escaramuça que ocorrer. Lembremos experiências anteriores de fracionismo, quando foram abandonadas as entidades para a construção de entidades ‘livres’. Verificou-se então que o governo colocou nas entidades abandonadas elementos seus, passando assim a ter um polo de combate dentro da categoria. Não cabe a nós facilitar esta tarefa, e sim denunciar atitudes que possam conduzir ao fracionismo. É atuando unitariamente dentro das entidades, transformando-as em instrumento de luta dos trabalhadores, que conseguiremos acumular forças para romper com a estrutura sindical vigente”.<sup>35</sup>

- b. O professor Ricardo Marques Coelho, diretor do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro e dirigente do MR-8 no movimento de professores, defendia:

“Na verdade, este Congresso foi convocado com uma só finalidade: hostilizar a CPB e criar uma nova entidade nacional; isto, apesar da tentativa da Confederação que se esforçou até o último instante para evitar a divisão e garantir um Congresso amplo em 1981. Seus organizadores, nucleados principalmente na Associação de Professores do Estado de São Paulo (sic) e da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas, querem à força dividir o movimento de professores a nível nacional. Os divisionistas alegam que a CPB é ‘pelega’, reúne entidades ‘pelegas’ e é desconhecida do professorado. Ora, dirigida pelo professor *Zaneti*, ex-presidente do CPERS [Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul], a CPB vem atuando ativamente em defesa da classe: na solidariedade às greves; na mobilização pela abertura do CEP/RJ; no repúdio à legislação contra o professorado e na ação junto ao Ministério da Educação e Cultura. Recentemente comandou a luta contra a criação da Ordem dos Professores do Brasil e lidera a campanha nacional pela aposentadoria integral aos 25 anos de serviço”.<sup>36</sup>

- c. O PC do B também intercedeu em favor da entidade presidida pelo professor Hermes Zaneti:

“A Confederação de Professores do Brasil (CPB) que aglutina mais de 20 associações de professores públicos (e estes não podem se sindicalizar), sendo, portanto, a única articulação nacional existente, começa a viver um

---

35 B. Boiteux *et alii*, “Pelo fortalecimento e democratização das entidades. Pela unidade dos trabalhadores”. *Documento: B. 80. AO. J*, p. 2.

36 R. B. M. Coelho, “Congresso de São Paulo: Tentativa de dividir professorado”, *CPB – Em Notícias (Boletim da Confederação de Professores do Brasil)*, Porto Alegre, ago 1980, p. 4.

processo de *fortalecimento, democratização e dinamização*. Em plena greve dos professores no Rio, em 1979, cai a pelega Maria Telma (não confundir nunca a diretoria eventual com a *entidade*) e imediatamente seus polos mais combativos, CPERS e APP [Associação dos Professores do Paraná], assumem o comando da CPB que passa a apoiar efetivamente o movimento grevista”.<sup>37</sup>

Na prática, a plenária do I Congresso Nacional de Profissionais de Educação ficou dividida entre duas posições. De um lado, o bloco formado pelos comunistas – PCB, PC do B e MR-8 – que defendiam o processo de democratização da Confederação de Professores do Brasil como a tática política mais correta para o movimento de professores. De outro, as organizações de esquerda – MEP, CS, OSI e DS – que não aceitavam participar de uma entidade nacional cuja existência estava comprometida com a política do regime militar. As divergências passavam por duas questões que davam um sentido geral ao novo fenômeno engendrado pelo mundo da educação básica brasileira, ou seja: o movimento associativista de massas dos professores. A primeira estava relacionada com a trajetória histórica peculiar da Confederação de Professores do Brasil. O passado da entidade não estava só marcado pelo atrelamento ideológico com as forças políticas que empalmaram o poder em 1964; era também pouco expressivo do ponto de vista da própria luta sindical em defesa dos interesses corporativos da categoria dos professores públicos de 1º e 2º graus. Quando da realização do I Congresso Nacional dos Profissionais de Educação, o professor Hermes Zaneti tentou negociar uma acordo com os partidos de esquerda que estavam defendendo a criação de uma nova entidade nacional para os professores. O presidente da Confederação de Professores do Brasil divulgou os termos do tentame entre as duas partes:

Zaneti disse, também, que propôs “diversas vezes” à comissão executiva nacional do congresso uma discussão ampla visando a “realizar profundas mudanças na entidade, como, por exemplo, a reforma do estatuto”. Além disso, ele afirma que a entidade já está encaminhando algumas das campanhas aprovadas pelo CNPE, como a aposentadoria aos 25 anos de serviço – essa proposta já foi transformada em projeto de lei, tem o apoio de 236 deputados e senadores e no próximo dia 5 de agosto deverá ser apreciada pela comissão mista do Senado.<sup>38</sup>

---

37 Associação dos Professores do Acre *et alii*, “Pela unidade do professorado”. *Documento: B. 80. AO. J.*

38 *Folha de S. Paulo*, “Docentes aprovam a criação de nova entidade nacional”, op. cit.

Ora, a Confederação de Professores do Brasil, apesar de existir há mais de 20 anos, tinha poucos argumentos para impedir a realização da principal proposta aprovada pelo I Congresso Nacional de Profissionais de Educação, isto é, da fundação de uma outra estrutura sindical nacional de professores.

A segunda questão representava a essência das divergências. A divisão que grassava no seio das esquerdas organizadas no movimento de professores estava relacionada com o tipo de estratégia política utilizada na luta contra o regime militar. Os comunistas – PCB, PC do B e MR-8<sup>39</sup> – propugnavam por uma ampla frente contra o regime político implantado com o golpe militar de 1964. Para o PCB, após a aprovação da Resolução Política do VI Congresso (1967), a luta pela conquista das liberdades democráticas incluía até mesmo “o setor da burguesia cujos interesses estão ligados ao desenvolvimento autônomo do país. [...] [Ela] luta para controlar o mercado interno e se choca com a ação do imperialismo”.<sup>40</sup> E mais: os comunistas do PCB já defendiam, desde a década de 1960, que “o MBD e outros agrupamentos existentes podem tornar-se um fator positivo para a mobilização das forças populares”.<sup>41</sup> Após a reforma partidária patrocinada pelo regime militar, em 1979, os comunistas passaram a defender que a frente democrática deveria se articular no sucedâneo do MDB: o PMDB. Nesta perspectiva, o secretário-geral do PCB, Giocondo Dias, declarou:

Reconhecemos na corrente liberal-democrata uma força política que luta pelas liberdades democráticas e, por isso, defendemos intransigentemente a unidade com ela. [...] Os esquerdistas acusam os comunistas de sacrificarem a unidade da classe operária, a aliança com o campesinato e a formação de uma frente das esquerdas no altar da aliança com os liberais.<sup>42</sup>

Do outro lado, “os esquerdistas” se articulavam por meio de uma estratégia política diferente. As organizações de esquerda que defendiam a criação de uma nova entidade nacional de professores eram as mesmas que estavam no processo de fundação do PT. O final da década de 1970 foi marcado, no plano social, pelas greves do ABC

---

39 O MR-8 e o PC do B, na passagem da década de 1960 para a de 1970, participaram da luta armada contra o regime militar. O MR-8 estava entre as organizações que tomaram parte da guerrilha urbana e o PC do B organizou a guerrilha rural no Araguaia. Cf. Edgard Carone, op. cit., pp. 77 e 98.

40 Partido Comunista Brasileiro, *PCB: Vinte anos de política (1958-1979)*, “Documentos”, São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1980, pp. 165-166.

41 Idem, p. 181.

42 Giocondo Dias, *Os objetivos dos comunistas*, São Paulo, Novos Rumos, 1983, p. 84.

paulista. Além da contestação ao modelo econômico de modernização autoritária do capitalismo brasileiro implementado pelo regime militar, as greves metalúrgicas trouxeram, no seu bojo, a necessidade da organização político-partidária das classes trabalhadoras. A fundação do PT representou a confluência de propostas políticas entre os chamados “sindicalistas” do ABC e as organizações de esquerda como o MEP, CS, OSI, AP Marxista-Leninista, Partido Operário Comunista (POC), DS, Ala Vermelha do PC do B e Ação de Libertação Nacional (ALN).<sup>43</sup> Entretanto, a maior liderança nacional do PT não pertencia a nenhuma dessas tendências políticas de esquerda. O presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luiz Inácio Lula da Silva,<sup>44</sup> era membro destacado do grupo denominado de “sindicalistas”.

A OSI interpretava a conjuntura política do final da década de 1970 como uma “situação pré-revolucionária”.<sup>45</sup> Para os trotskistas, as greves dos metalúrgicos do ABC paulistas representavam um momento de inflexão naquele contexto histórico “pré-revolucionário”. Os trotskistas computavam que o movimento paredista dos metalúrgicos paulistas jogaria um papel fundamental no processo de luta contra o regime militar. De greve localizada, ela poderia transformar-se em uma greve geral. Portanto, operaria uma mudança estrutural na conjuntura política do país, transformando a situação pré-revolucionária em revolucionária. Nesta perspectiva, os trotskistas brasileiros estavam seguindo a análise que Léon Trotsky fizera da Revolução Ale-

---

43 Dom Paulo Evaristo Arns (prefaciador). *Brasil: Nunca mais. Um relato para a história*, 11. ed., Petrópolis, Vozes, 1985, p. 85; Edgard Carone, op. cit., p. 215; C. Frederico (org), *A esquerda e o movimento operário: 1964/1984. A reconstrução*, Vol. 3, Belo Horizonte, Novos Rumos, 1991, p. 195, passim.

44 Luís Inácio Lula da Silva, em 1982, deu as seguintes declarações a respeito da fundação do Partido dos Trabalhadores: *a.* sobre a sua condição de sindicalista e militante partidário: “[...] se o Lula continuasse apenas como dirigente sindical de São Bernardo, não teria maiores problemas. Mas na medida em que fazemos uma proposta política, [...] comecemos a ver a gente como adversários e esquecem os verdadeiros inimigos”; *b.* sobre a greve dos metalúrgicos de 1980: “[...] o fortalecimento do PT deve-se muito mais aos erros do governo do que à própria greve em si”; *c.* sobre as relações entre o partido e os sindicatos: “[...] sou contra uma linha sindical para o PT”; *d.* sobre o socialismo: “por que muita gente questiona o PT por não ter uma definição socialista muito objetiva? Porque para mim não está claro ainda, e mesmo a nível da experiência de outros países, qual o tipo de socialismo perfeito que atenda aos nossos interesses. Eu não ousaria dizer que seria o cubano, o polonês, o soviético, o chinês, ou albanês”; e *e.* sobre o PMDB: “o PT quer ir muito além porque senão não teríamos criado um partido novo, entraríamos no PMDB”. Lula, “Entrevista”, *Nova Escrita/Ensaio*, n. 9, São Paulo, jan 1982, p. 13, passim.

45 C. Frederico (org), op. cit., p. 205.

mã do pós-I Guerra Mundial, que culminou com a derrota da Liga de Espártaco e o assassinato de Rosa Luxemburgo, em 1919. Trotsky defendia que a greve geral era uma tática de luta da classe operária para atingir tal objetivo. Em *Revolução e contrarrevolução*, ele afirmava:

A greve geral revela-se um meio de luta contra o poder de Estado estabelecido [...]. Paralisando o aparelho de Estado, a greve geral “faria medo” às autoridades, ou criaria premissas para a solução revolucionária da questão do poder.<sup>46</sup>

Deste modo, com exceção do PDS, sucedâneo da Arena e de sustentação do regime militar, todos os outros partidos, oriundos da reforma de 1979, tiveram as suas atuações nas greves do ABC condenadas pelos trotskistas. Eles consideravam que:

Os partidos burgueses de “oposição” – PMDB, PP e PTB – nada fizeram afora declarações de apoio e conchavos de gabinete buscando, junto com a Igreja, acabar com a greve. De início ao fim mostrou-se ser necessário um instrumento que centralizasse o combate dos metalúrgicos do interior em primeiro lugar, e a unidade de todos os trabalhadores no país, em torno do ABC, contra a ditadura. Sobretudo, era necessário um partido que chamasse à solidariedade em um nível superior, preparando as condições para acabar com a ditadura, preparando a greve geral.<sup>47</sup>

Os professores militantes dessas organizações de esquerda também estavam profundamente comprometidos com o processo social que culminou na fundação do PT. O professor Gumerindo Milhomem Neto descreveu tal engajamento desta forma:

O comportamento dos professores com esta troca de apoio e solidariedade sindical e política entre os trabalhadores tende a ser cada vez mais ampla e efetiva. Por exemplo, nossa participação (com diversos ônibus partindo de diversas regionais) na comemoração unificada do 1º de Maio que reuniu cerca de 150 mil trabalhadores em São Bernardo do Campo; a nossa importante participação no comitê de solidariedade à greve dos metalúrgicos de São Paulo; a presença da Apeoesp como membro da comissão executiva do CBA-SP [Comitê Brasileiro pela Anistia]; a participação dos professores na construção do PT, com a presença de dois presidentes de entidades (CEP-RJ e UTE-MG) [respectivamente os professores: Godofredo da Silva Pinto e Luís Dulci] estaduais na comissão executiva provisória do partido.<sup>48</sup>

---

46 L. Trotsky, *Revolução e contrarrevolução*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1968, p. 251.

47 C. Frederico (org), op. cit., pp. 209-210.

48 G. de S. Milhomem Neto, “O combate ao peleguismo e à organização atrelada, na unificação e no avanço das lutas do professorado”. *Documento: B. 80. AO. J.*, P. 8.

Portanto, as disputas entre os partidos de esquerda durante o I Congresso Nacional de Profissionais de Educação não eram apenas uma questão de luta pela hegemonia política no seio do movimento sindical dos professores, mas, fundamentalmente, constituíam divergências entre estratégias políticas na luta contra o regime militar.

### *Conclusão*

O movimento associativista dos professores públicos de 1<sup>ª</sup> e 2<sup>ª</sup> graus constituiu-se num dos grandes protagonistas sociais na luta contra a ditadura militar. Gerado no contexto autoritário e acelerado de modernização do capitalismo brasileiro, durante o chamado “milagre econômico” (1968-1974), o professorado desencadeou um processo de luta por melhores condições de vida e de trabalho que repercutiu tanto no âmbito da escola pública como na transição política entre a ditadura militar e o Estado de direito democrático. Por outro lado, os partidos de esquerda que sobreviveram à repressão policial-militar desencadeada após 1968 tiveram grande influência nas decisões que orientaram politicamente o movimento de professores a partir da segunda metade da década de 1970, pois um significativo contingente de professores passou a militar nessas organizações que se opunham à ditadura militar, particularmente, nos grandes centros urbanos brasileiros. Assim, as esquerdas constituíram-se nas direções políticas das principais associações estaduais de professores em âmbito nacional. As estratégias adotadas, via de regra, materializavam-se na combinação das lutas específicas, de caráter econômico, com as lutas gerais que propugnavam pelas liberdades democráticas.

Depois de 1974, com a “crise do petróleo” (1974), o modelo econômico imposto pela ditadura militar entrou na fase de esgotamento. As consequências da crise econômica atingiram as pretensões de autorreforma do regime militar que se havia imposto depois do golpe de Estado de 1964. Por extensão, os governos dos generais-presidentes, paulatinamente, foram perdendo o apoio de amplos segmentos da sociedade brasileira. Entre eles, frações inteiras das camadas médias urbanas como a do professorado público. Concomitantemente ao processo de esgarçamento do regime militar, as organizações de esquerda operavam uma inflexão nas estratégias da luta revolucionária. A derrota da concepção baseada na via armada havia produzido não só uma grande perda de quadros assassinados pela repressão militar, mas, sobretudo, gerado um entendimento de que a luta contra a ditadura militar passava pela mobilização da sociedade brasileira em defesa das liberdades políticas.

O movimento dos professores públicos transformou-se, desse modo, numa experiência concreta para as teses políticas de esquerda que defendiam a mobilização das massas dos trabalhadores e dos excluídos da modernização autoritária do capitalismo em defesa da democratização do país. Nessa perspectiva, apesar das diferenças político-ideológicas, os partidos de esquerda ajudaram a organizar a luta específica da categoria dos professores em âmbito nacional e, ao mesmo tempo, mobilizá-la em favor da institucionalização do Estado de direito democrático.

